



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

UNIPACE

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE

MBA em Gestão e Governança Pública

Pedro Iago Amorim Araújo Teixeira

MERENDA ESCOLAR EM TAUÁ-CEARÁ

FORTALEZA - CEARÁ

MAIO DE 2023

MERENDA ESCOLAR EM TAUÁ-CEARÁ

Autor: Pedro Iago Amorim Araújo Teixeira

RESUMO:

A merenda escolar tornou-se uma política pública que diminuiu a evasão estudantil, principalmente, como instrumento de combate a esse abandono. O fenômeno pode estar relacionado ao envolvimento com o crime e a incidência de gravidez na adolescência. Por isso, quanto mais estímulos à permanência nas escolas, menores podem ser essas estatísticas. O objetivo é associar a implementação da garantia de merenda ao fortalecimento da educação. Prefeituras de todo país comprovaram que estudantes com alimentação de qualidade, vivem e melhoram o ambiente escolar, garantido como um direito humano à educação e alimentação. A atenção que o poder público precisa dedicar para que essa política pública merece ser

prioritária.

PALAVRAS-CHAVES: Merenda escolar. Política pública. Segurança alimentar. Educação. Evasão escolar.

INTRODUÇÃO:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Considerado um dos maiores na área de alimentação escolar no mundo, o PNAE é o único com atendimento universalizado. Foi em 1979 que a iniciativa passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar, mas já teve diversos nomes desde seu início, na década de 40. O que à época não foi possível concretizar por indisponibilidade de recursos financeiros e só se tornou

realidade em 31 de março de 1955, quando foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME) no Brasil.

Desde que o programa foi instituído passou por diversos avanços, como sua garantia na Constituição de 1988. A partir de então, um dos mais importantes aperfeiçoamentos para o programa foi a descentralização, instituída pela Lei nº 8.913 de 12/07/1994. O número de municípios que aderiram à iniciativa saltou de 1.532, em 1994, para 4.314, em 1998. Isso representa mais de 70% das cidades que mostram a qualidade e responsabilidade do programa. Em 2009, a Lei nº 11.947, em seu artigo 14º, passou a garantir que ao menos 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) seja investido na compra direta de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009), estimulando assim outra política pública que não deverá ser abordado neste artigo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

Para que aconteça o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é preciso a ajuda de diversas outras políticas públicas, esse programa é formado por muitas mãos e todas elas têm papel fundamental para o desenvolvimento da educação e da alimentação escolar. É preciso que nós possamos acreditar que é possível ter uma educação de qualidade, levar alimento para nossas crianças e garantir o desenvolvimento socioeducacional.

O país saiu do Mapa da Fome em 2014 graças a diversos programas instituídos pelo governo federal, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO): de 2002 a 2013 e de 1990 a 2014. Segundo os dados analisados, entre 2002 e 2013, caiu em 82% a população de brasileiros em situação de subalimentação. A organização aponta também que, entre 1990 e 2014, o percentual de queda foi de 84,7%. A FAO utiliza há 50 anos recursos de pesquisa para dimensionar e

acompanhar a fome em nível internacional. O levantamento constatou que o Brasil atingiu o nível menor que 5%, abaixo do qual a organização considera que um país superou o problema da fome. O programa de merenda escolar beneficia mais de 43 milhões de crianças e jovens com refeições. Um país como o Brasil, que é cheio de desigualdades sociais, etnias de raça e cor, não seria diferente na alimentação. (Brasil, 2014)

É inadmissível que o maior país da América Latina visto que, alimenta mais de 30 países, tenha alguém no qual, ainda, passe fome. Contudo, a realidade é bem diferente: cerca de 61,3 milhões de pessoas enfrentam algum tipo de insegurança alimentar. Desse total, 15,4 milhões enfrentaram uma insegurança alimentar grave. Isso mostra que 3 a cada 10 habitantes do Brasil não sabem quando e nem como será a próxima refeição, dentro de uma realidade demográfica que abrange uma população estimada em 213,3 milhões de habitantes. Os dados da FAO para o Brasil englobam o período de 2019

a 2021. Os últimos números da instituição revelam uma piora alarmante da fome no Brasil. Entre 2014 e 2016, a insegurança alimentar atingiu 37,5 milhões de pessoas - 3,9 milhões estavam em condições graves. (G1, 2022)

Segundo a FAO, as definições para a insegurança alimentar são as seguintes:

- Insegurança moderada – as pessoas não tinham certeza sobre a capacidade de conseguir comida e, em algum momento, tiveram de reduzir a qualidade e quantidade de alimentos.
- Insegurança grave – as pessoas que ficaram sem comida e passaram fome e chegaram a ficar sem comida por um dia ou mais.

Uma pesquisa aqui no estado do Ceará, aponta como um dos estados com maior risco de falta de alimentos, mostra que 51,6% dos lares onde há crianças de até 10 anos estão enquadrados em insegurança alimentar moderada ou grave. (Diário do nordeste)

O direito à alimentação foi incluído na Constituição do Brasil em 2010. Está inserido como direito social no Artigo 6º da Constituição Federal, após a Emenda Constitucional 64/2010. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece, em seu Artigo 6º que são “direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Dentre os direitos sociais que estão previstos no artigo 6º da Constituição Federal, de 1988, o direito à alimentação busca garantir, a todo e qualquer indivíduo, uma alimentação adequada e rica em nutrientes, capaz de lhe proporcionar uma vida saudável e digna. A inclusão desses direitos no ordenamento jurídico tem como finalidade minimizar as diferenças sociais.

Sabemos que a fome no Brasil é causada por diversos fatores, como as desigualdades

socioeconômicas, pelas crises políticas, pela distribuição desigual de alimentos no território nacional, pela ausência ou redução de políticas públicas voltadas ao combate à fome, pelo manejo inadequado dos recursos naturais.

Com o Programa de Aquisição de Alimentos para a Merenda Escolar, o alimento chega fresco na merenda, garantindo uma alimentação de qualidade e mais nutritiva aos alunos. A medida assegura um desempenho melhor na aprendizagem. A segurança alimentar, ainda, mostra que o produtor que não faz o uso de agrotóxico ganha mais. Por entender que é necessário estimular a economia sustentável, e isso é percebido com a qualidade da alimentação dos alunos. No município de Tauá, localizado na Região dos Inhamuns, a 342,2 km da capital do Estado, por exemplo, os alunos consomem carneiro, filé de peixe (tilápia), feijão, queijo, batata doce, leite, sem contar com as frutas como a banana. (Prefeitura de Tauá, 2021).

METODOLOGIA:

Por mais que esse trabalho seja direcionado à alimentação escolar, muitos são os assuntos que uma merenda de qualidade engloba. No decorrer deste trabalho é destacado que é preciso políticas públicas de diversos setores e, com assuntos distintos, para ter ensino. É necessário proporcionar uma alimentação de qualidade, é destacado a qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes, a valorização profissional dos professores e de todos os que fazem a rede escolar, aqui são destacados os danos e riscos que é ter uma criança ou adolescente fora da escola. Exemplo disso é a gravidez na adolescência, o envolvimento com o crime organizado, o trabalho infantil e, em todos eles, a perda que é para esse estudante e todos nós quanto sociedade.

O cardápio da merenda de cada escola é elaborado por um nutricionista, respeitando os gêneros alimentícios produzidos em âmbito local; a oferta é de,

no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana (200g/aluno/semana). São levados em consideração os aspectos sensoriais, como as cores, os sabores, a textura, a combinação de alimentos e as técnicas de preparo. Além dessas recomendações, o PNAE visa limitar a oferta e o consumo de alimentos processados de baixo valor nutricional (ricos em açúcar, gordura e sal). O programa proíbe, ainda, a aquisição de bebidas com baixo valor nutricional (PNAE, 2021).

Ações como essas garantem segurança alimentar na rede de ensino pública e mostram que nas escolas o consumo de cada alimento é planejado de forma correta, aproveitando melhor o valor nutricional de cada produto, com a qualidade da alimentação e do ensino das escolas públicas.

No Ceará, a Caixa Escolar de Fortaleza foi criada a partir do Regulamento de Ensino na Reforma de 1922, que era compreendida como organização de auxílio às crianças menos favorecidas, que estavam em idade

escolar, com o intuito de incrementar a frequência, como também fornecer livros e cadernos aos alunos reconhecidamente pobres; fornecer merenda a alunos indigentes, e, se possível, vestuário e calçado; a aquisição de livros, estojos e medalhas para serem distribuídos como prêmios, aos alunos mais assíduos. (VASCONCELOS, 2013 p.57).

Lá no município, na localidade de Cachoeirinha do Pai Senhor, cerca de 52 km da cidade, uma escola da zona rural com dificuldades como tantas outras e que vimos a política pública chegar e mudar a forma de ensino. Nessa escola era oferecido como merenda o carneiro, o peixe, o arroz, o feijão, o leite, o achocolatado, o suco, a batata doce, o iogurte, o biscoito, a rapadura, e o mel como sobremesa. É notório a qualidade do ensino, aprendizagem e a satisfação da comunidade local com a escola. Entre os períodos de 2013 e 2015 período em que fiz o estudo de caso.

É importante destacar que a merenda era preparada pela quantidade de alunos que ali estavam, passava-se alguém do núcleo gestor contando a quantidade de alunos por sala e era preparado sobre essa quantidade, para que a merenda pudesse dar a todos e não sobrar ao ponto de estragar. É preciso falar, também, que os alimentos eram retirados das próprias cooperativas da região, lá é conhecido como a terra do carneiro, do queijo, e do peixe, o que não era produzido no próprio local, ainda chegava fresco à escola.

Para o Joio e o Trigo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) é a política pública com maior potencial de combate à fome e, ao mesmo tempo, de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável no Brasil. (Joio e O Trigo, 2021)

Eu lembro perfeitamente a primeira vez que cheguei até essa escola, minha mãe, a professora Elza Amorim, era coordenadora pedagógica, tive o privilégio de acompanhá-la em algumas idas à escola. Lembro da

comunidade agradecer, falar sobre a forma de educar dela, o olhar dos alunos, a atenção dos pais. Lembro deles falarem que antes até tinha a merenda, mas que não tinha qualidade, relatarem sobre os índices de evasão escolar, de gravidez na adolescência, esse que eram alarmantes.

Ela me dizia que era um trabalho de formiguinha, o aluno faltou e não se justificou, a escola ia até eles para entender o motivo e trazer o aluno para o seio escolar, é mais que uma atividade de professor é uma atividade de comunidade. O incentivo aos profissionais que trabalhavam na unidade, desde o zelador, as merendeiras, o porteiro e os professores, toda a comunidade escolar têm uma função primordial no bem estar e na educação de nossas crianças e adolescentes. A participação da comunidade na escola, os pais acompanhavam o desempenho do aluno tanto no dia a dia como nas reuniões de pais e mestres, que era uma

convocação para que eles participassem ativamente da vida escolar de seus filhos.

Quando se tem valorização profissional, o trabalho fica mais leve, a forma de fazer as coisas o agrada mais. É importante ter esse acolhimento e a atenção com os colaboradores. Os adolescentes, também, passam a se sentir acolhidos e com as aulas de formação cidadã é conversado sobre a vida, sobre o futuro. É preciso que se oriente sobre educação sexual também. Nesse interior a gente via meninas de 16 anos grávida do segundo filho, e em grande parte das vezes de pais diferentes. Nessas relações de confiança que são construídas entre aluno e escola, e por se sentir acolhido o aluno chega a se abrir para os professores, relatar casos de abuso e ajudar na denúncia contra o agressor.

A presença de psicólogos e enfermeiros nas escolas é de extrema importância, para que os alunos se entendam e passem a se conhecer como sujeitos de

direito. Infelizmente a visita desses profissionais, ainda, era algo que acontecia uma ou duas vezes por ano, quando chamados para dar uma palestra sobre determinado tema. Os alunos do ensino médio, que têm entre 15 e 17 anos de idade, são os que julgo serem os que mais necessitam. A fase da adolescência é uma constante descoberta humana, e é necessário que as escolas também ofereçam esse apoio psicológico.

A escola estava com alto índice de adolescentes grávidas, e foram convidados enfermeiros e psicólogos para uma palestra. Os alunos receberam esses profissionais com muita curiosidade. Lembro que uma aula de formação cidadã foi dedicada a isso. Na ocasião, foram explicados como agem os meios contraceptivos e os riscos de uma gravidez precoce, como as oportunidades que seriam perdidas, sobretudo para as mães. Foram destacadas doenças sexualmente transmissíveis, e os riscos que causam a vida humana. Teve momento até de enfermeiras ensinarem como

utilizar um preservativo de uma forma sutil e, sem quaisquer tipo de incentivo ao ato. E por incrível que possa parecer, os índices diminuíram, depois do conhecimento os adolescentes passaram a se proteger e ter ciência do que de fato está sendo feito.

Não podemos falar de merenda escolar e não falar sobre como ela atrai os alunos para dentro da escola, de como um pai vai trabalhar e faz a economia girar, por saber que ali, seu filho está alimentando e sendo bem cuidado na escola. É comprovado que o desempenho do aluno com uma alimentação de qualidade é outro. O aluno passa a ter interesse pela escola, assim como a comunidade em geral. O alimento por si só tem função primordial de incentivo ao estudante o índice de evasão escolar diminui, o comparecimento às escolas públicas aumentam e conseqüentemente o índice de gravidez na adolescência diminui, assim como o envolvimento com o crime, e as drogas. Infelizmente, quando não se tem a merenda escolar, o reverso

acontece. Muitos ainda buscam o ensino público pelo alimento que não tem em casa.

Era uma ex-escola agrícola e tinha a horta comunitária, com a ativação da horta muita coisa começou a ser retirada do próprio local para ser consumida na merenda escolar, exemplo disso era a cebolinha, o coentro, o alface e o tomate, o couve, a berinjela. A variedade do cardápio era satisfatória, já que os alunos não repetiam o cardápio da merenda escolar na semana.

Logo, com aos finais dos anos letivos ela mesmo se oferecia junto aos demais professores para fazerem as inscrições dos alunos no vestibular e muitos dali saíram para uma faculdade, eu que sou filho, não tinha e não tenho vínculo empregatício com a instituição, cheguei fazer algumas das inscrições no Enem e em seguida na universidade como os alunos sonhavam em fazer e muitas vezes só não tinham informação das oportunidades. Embora vejamos a qualidade da merenda

nessa escola e nesse período, infelizmente eu não consegui mais voltar até ela para ver a situação em que se encontra hoje.

Devido a distância da cidade, tinha uma casa de apoio na região, era onde os professores se abrigavam, onde eles ficavam entre um turno e outro da escola, era uma casa no meio do mato, tinha um rio nas proximidades e lembro de ter muita árvores e plantações, como já relatei acima sobre as hortas, era uma casa muito bonita, espaçosa e que oferecia conforto aos mestres. Lá, por ser uma região de interior, não pegava sinal de telefone celular, para conseguir uma ligação tinha que ir até a casa e se conectar com o wi-fi.

Mas não era tudo maravilha, em uma das conversas que tivemos, à época com os professores lembro dos relatos das dificuldades que eles tinham na sala de aula, alunos envolvidos com drogas, que por vezes saqueavam as cargas de alimento que passavam na redondeza, simplesmente para conseguirem levar

alimento para sua família, alunos que iam pra escola só merendar e depois abandonava as demais aulas, “fugiam” de fato da escola. Isso sem falar nas alunas grávidas que, infelizmente, no início, era uma cena comum.

Durante 3 anos, de 2013 a 2015, fui com frequência a esse lugar e fiz a minha pesquisa por meio dessa experiência. Eu sempre tive muita revolta com a falta de dignidade na alimentação das pessoas, não é possível um país que tem tanto para distribuir de formas tão desigual o seus recursos. Mas ver o poder público oferecendo uma merenda de qualidade naquela região, diga-se também nesse período, me encheu os olhos. Eu, assim como grande parte da população, fico feliz em ver a qualidade de vida das pessoas mudarem. Ver um estudante de escola pública, assim como eu fui, sair de uma localidade no interior de uma cidade, localizada no interior do estado, ingressar na universidade como bolsista, por acreditar no seu sonho de se formar e o

poder público ter políticas para ajudar essas pessoas é de grande valia.

É papel do estado diminuir essas desigualdades, tanto para quem está na capital como quem está nos mais distantes interiores do país, isso vai desde ofertar um ensino de qualidade, uma alimentação de qualidade, livros didáticos novos, acolhimento escolar e uma rede de apoio socioeducacional, para que os alunos possam ficar bem nas escolas e, seus pais possam trabalhar sem se preocupar, há um programa de cotas para alunos de baixa renda ingressarem no ensino superior.

Para que aconteça esses repasses temos como detetives, 80 mil conselheiros, que são formados por voluntários da sociedade e do poder público que trabalham sem receber salário com intuito de investigar tudo que envolve a merenda: desde o depósito do dinheiro federal na conta bancária, a prestação de contas do município ou do estado, a escolha dos alimentos, a licitação, a entrega dos produtos, as

condições de armazenamento, a higiene das cozinhas, o preparo e o valor nutricional das refeições e até mesmo a satisfação dos alunos. (Agência Senado, 2018)

A alimentação escolar está ligada com diversos fatores e políticas públicas dentro da comunidade, vai desde uma que incentiva o agricultor ao plantio e ao próprio PNAE que, incentiva que devemos comprar desse agricultor, aos programas de assistência social do governo que, cobram que para ter acesso é necessário que o aluno esteja matriculado, aos benefícios do bolsa escola, programa que ajuda com uma bolsa os estudantes de baixa renda, a uma questão de saúde pública, que para ter acesso a própria escola é necessário apresentar o cartão de vacinação. Vale ressaltar que, há muito tempo isso já era feito para os estudantes da escola pública e orientado nas escolas particulares, não é uma nova atribuição que surgiu depois da banalização com a imunização depois da pandemia do novo coronavírus.

A dignidade humana, a dignidade alimentar e principalmente a educação, uma criança que se alimenta corretamente ela tem mais capacidade de digerir os assuntos das aulas, o desenvolvimento dos alunos é notório. E é por isso que devemos cobrar cada vez mais dos nossos gestores, para que tenham atenção a alimentação escolar, para que tenhamos uma educação de qualidade, tudo começa na educação, se tivermos uma educação de qualidade, teremos saúde de qualidade, e conseqüentemente teremos segurança pública de qualidade, Educação é o caminho, o investimento que é gasto hoje com educação é economizado amanhã na saúde e na segurança pública.

É preciso nos questionarmos sobre a dignidade escolar das nossas crianças, estamos desde 2017 sem reajuste, como colocar o aluno em uma escola de tempo integral e fazer um repasse de apenas R\$ 1,07 (um real e sete centavos) esse questionamento deve ir além: o que cada um consegue comer com isso? Como o

estudante consegue se concentrar com a barriga roncando?

Veja o gráfico do repasse por aluno desde 2017 a 2022, o projeto de lei orçamentária para o ano de 2023, previa que haveria reajuste de acordo com a inflação, mas foi vetado pelo presidente Bolsonaro. Um novo desafio para o presidente que assim o sucede ao cargo, Lula terá o trabalho de devolver a dignidade da merenda escolar, que por ironia do destino ou não foi ao final do seu segundo governo, em 2014, que o país atingiu a marca de sair do mapa da fome. (podcast: O Assunto, Natuza Nery)

ALUNO	REPASSE
CRECHE	R\$ 1,07
PRÉ ESCOLA	R\$ 0,53

ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 0,36
ENSINO MÉDIO	R\$ 0,36
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS	R\$ 0,64

É sabido que temos os vilões nessa conta e um deles é a inflação que comeu R\$1 bilhão da merenda escolar, de 2017 a 2022, IPC teve alta de 33,77%. A evolução dos repasses, comparando os dois períodos, ficou em janeiro de 2017, 3,9 bilhão e em agosto de 2022, 2,9 bilhão. (Fonte: André Braz, economista Ibre/FGV, fala em reportagem da GloboNews)

É necessário que façamos o dever de casa, não só por uma questão de qualidade de ensino, mas de saúde pública e também por uma questão de dignidade humana. Como conseguimos alcançar índices que nos tiraram do mapa da fome e, em um curto período,

desmanchar ou não darmos a atenção devida a causa para que hoje retornamos a esse mapa.

É de conhecimento de todos que grande parte dos estudantes estão na escola para conseguir se alimentar, com a pandemia os alunos ficaram em casa e foi necessário mais atenção dos gestores para da continuidade da merenda no ensino remoto, no município vimos a prefeitura distribuir cestas básicas para da continuidade no serviço, garantir uma alimentação de qualidade e incentivar os nossos alunos.

Com o grande índice de jovens que nem trabalham e nem estudam, grupo popularmente conhecidos como nem nem, tem impacto direto na nossa sociedade, o jovem quando abandona a escola está exposto a diversos fatores e risco, um deles é a gravidez na adolescência, algo que compromete diretamente as oportunidades de desenvolvimento das adolescentes, pois a evasão do sistema educacional gera um obstáculo para a conclusão da educação formal, o que,

consequentemente, repercute em desvantagens em relação ao trabalho e à inserção produtiva, bem como as torna vulneráveis à pobreza, essas crianças e adolescente que, muitas vezes são vítimas de estupro e por pessoas que na ponta deveriam proteger. Seja um tio, um primo, o avô, um irmão ou até mesmo o próprio pai.

O aluno fora da escola, está exposto, também, ao mundo das drogas, infelizmente a maioria de nossos jovens fazem uso ou já pelo menos experimentaram algum tipo de droga, a droga por si só já é prejudicial a saúde pública, sem falar das consequências que isso geraria na vida dele e da família.

Há quem ainda tire os filhos da escola por um mau resultado bimestral, a famosa fala: "não quer estudar, vai trabalhar!" Aí passa a ser comum ver crianças e adolescentes vendendo balas de mascar e salgadinhos no sinal. O trabalho infantil, ainda é uma realidade do nosso dia a dia e o dano que ele tem na

nossa sociedade é irreversível. Ter uma criança fora da escola, vai muito além de tudo, é uma criança que perde oportunidades hoje e será um adulto que perderá oportunidades no amanhã, o ensino é a nossa chance de crescer e evoluir. A evasão escolar é um problema social crescente e complexo, que compromete diretamente o desenvolvimento da educação no país é danoso não só a família, mas em toda a sociedade. É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente a absoluta prioridade. Criança tem que ser criança.

Precisamos assegurar que nossas crianças tenham uma educação de qualidade, e para isso é necessário garantirmos uma merenda escolar adequada, garantindo os repasses, incentivando os colaboradores nas atividades escolares e cobrando dos nossos gestores. Dá suporte na aprendizagem dos alunos, que em algumas vezes se encontram desinteressados pelo aprendizado pela sua própria dificuldade que é estudar.

Para garantir a presença dos alunos na escola, e incentivar os alunos que tiram notas boas, o estado vem ofertado bolsa de estudo e premiando-os com computadores para que ele possa ter como fazer suas pesquisas e conseguir estudar melhor. O Levantamento da organização Todos Pela Educação mostra que cerca de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam fora da escola no segundo trimestre de 2021. O número representa um aumento de 171% em comparação a 2019, quando 90 mil crianças estavam fora da escola. Aponta, também, que houve queda no percentual de pessoas da mesma faixa etária que estavam matriculadas no ensino fundamental ou médio. Enquanto em 2019, 99,0% estavam matriculados, em 2021, esse índice caiu para 96,2%, menor valor desde 2012. (g1, 2021)

No ano passado, foram registradas, no total, 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica no Brasil - 714 mil matrículas a mais

em comparação com 2021, o que representa um aumento de 1,5% no período. A rede privada expandiu 10,6% entre 2012 e 2022, se aproximando de patamares pré-pandemia de 2019. No Ensino Fundamental foram 14.553.030 matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental (redes federal, estadual, municipal e privada). Na Educação infantil, apesar de não ser obrigatória a matrícula nessa faixa etária, 36% das crianças até 3 anos frequentavam a escola no ano passado. A meta para 2024 é atingir 50% desse público.

Vejamos o gráfico disponibilizado pelo Censo Escolar da Educação Básica 2022, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). (G1, 2023)

ENSINO	ANO 2021	ANO 2022
Educação de Jovens e Adultos	2.962.322	2.774.428

(EJA)		
Ensino Médio	7.770.557	7.866.695
Educação Profissional	1.892.458	2.152.506

Com essas expectativas do governo federal é natural que sejam disponibilizados recursos para atender as necessidades dessas novas matrículas. É fundamental olharmos para esse crescimento pós pandemia do coronavírus com bons olhos e estimularmos a participação nas escolas.

CONCLUSÃO:

Com base nas referências teóricas já citadas, nota-se a preocupação que o poder público vinha tendo com a segurança alimentar dos estudantes, desde o plantio, quando se estimula o não uso de agrotóxico até

o estímulo à agricultura familiar, com o fomento à geração de renda para o pequeno produtor rural que é outra política pública que também não vamos nos aprofundar nela, mas que tem sua parcela de responsabilidade na merenda escolar e no combate à fome.

Vinha tendo porque estamos desde 2017 sem um reajuste, são 05 (cinco) anos sem dar atenção a causa, nesse período os jornais nos noticiaram cenas tristes, como vê um aluno ter a mão carimbada para não repetir a merenda e a escola conseguir garantir o alimento a todos ou de vê crianças dividindo um ovo, assistir crianças, no seu período principal merendarem suco e biscoito, são cenas muito triste de se assistir. (Estadão, 2022)

Com a falta de gestão da pandemia do coronavírus e a guerra da Ucrânia, vimos o aumento da fome no país, e cresceu o número de crianças e jovens

que têm no prato de comida servido nas escolas a sua única refeição do dia.

Essa localidade que é tão rica de natureza e que teve suas raízes aproveitadas no estímulo do ensino, é exemplo para outras, mas é necessário entretanto a dedicação de todos nós, porque não adianta só o governo federal liberar o recurso e os gestores estaduais, municipais ou escolares não saberem gerir a verba.

É necessário que o poder público faça esse reajuste chegar, dos gestores estaduais e municipais, é necessário a ajuda da comunidade para cobrar essas ações. Apesar de ter sido vetado o reajuste ora aprovado no congresso para o orçamento de 2023, temos agora, um novo morador no palácio da alvorada, Silva foi o responsável por tirar o país do mapa da fome em suas gestões anteriores e agora assume o cargo com mais esse desafio.

O governo do presidente Lula reajustou em mais de 37% os recursos da alimentação escolar, o valor que sai do governo federal e chega para os municípios e estados para custear a alimentação escolar esse valor é R\$ 2 bilhões a mais do valor que era praticado pelo governo passado, valor esse que estava há pelo menos seis anos sem reajuste (PNAE, 2023).

De acordo com o MEC, todos os estados brasileiros, mais o Distrito Federal, serão contemplados com aumento de recursos. No Distrito Federal, por exemplo, o aumento supera os 50%. Estados como Sergipe, Roraima, Piauí e Maranhão conseguiram aumento superior a 40% (PNAE, 2023)

O PNAE promove a educação, a saúde e a melhor qualidade de vida dos alunos (PNAE, 2021).

REFERÊNCIAS:

PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico#:~:text=Em%2031%20de%20mar%C3%A7o%20de,Fisi%20e%20outros%20organismos%20internacionais.>> Acesso em: 13/07/2022.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16/06/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.> Acesso em: 06.08.2022.

MAPA DA FOME, Ministério da Cidadania. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>> Acesso em 06/08/2022.

DIÁRIO DO NORDESTE. Fome atinge metade dos lares com crianças. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/fome-atinge-metade-dos-lares-com-criancas-de-ate-10-anos-no-ce-minha-filha-comia-farinha-com-cafe-1.3278291>> Acesso em 04/02/2023.

G1, Caderno de Economia, em 06/07/2022. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/06/mais-de-60-milhoes-de-brasileiros-sofrem-com-inseguranca-alimentar-diz-fao.ghtml>> Acesso em 06/08/2022.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em 06/08/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ. A Merenda Escolar Terá Alimentos Da Agricultura Familiar, disponível em:

<<https://taua.ce.gov.br/noticias/merenda-escolar-de-taua-tera-alimentos-da-agricultura-familiar.>> Acesso em 06.10.2021.

PNAE. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>> Acesso em: 05.10.2021.

VASCONCELOS, Dimas Augusto de. Custeio da educação pública na Era Vargas: a Caixa Escolar do Ceará. 2013. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Brasileira, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

O JOIO E O TRIGO, 2021, Relevância do Pnae.

Disponível em:

<<https://ojoioeotrigo.com.br/2021/10/merenda-escolar-afetos-e-numeros/>> Acesso em 29/04/2023.

Agência Senado. Conselheiros como detetives da merenda. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial>

-cidadania/merenda-escolar-e-vigiada-no-pais-por-80-mil-201cdetativos201d> Acesso em 12/02/2023.

PNAE. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Disponível em:

<<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-alimentacao-e-nutricao>>

Acesso: 05.10.2021.

O ASSUNTO. podcast. Natuza Nery. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/0uvVWzGw1QwLF27s2sTdZg?si=xpat2goPR_2il9CpGZm2Qg&context=spotify%3Ashow%3A5EDMjIK6Zzdl1L9sB62Tph>. Acesso em 05/12/2022.

G1. Evasão escolar de crianças e adolescentes, caderno da educação. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/12/02/evasao-escolar-de-criancas-e-adolescente-aumenta-171percent-na-pandemia-diz-estudo.ghtml>> Acesso em 11/02/2023.

G1. Censo escolar 2022: Caderno na educação.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/02/08/mec-censo-escolar-2022.ghtml>> Acesso em 11/02/2023.

Época Negócios. Grupo Globo. Estadão. Crianças dividindo ovo. Disponível em:

<<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/09/epoca-negocios-merenda-escolar-sem-reajuste-faz-com-que-criancas-dividam-ate-ovo.html>> Acesso em 12/02/2023.

PNAE. Aumento no valor da merenda escolar. Disponível em:

<<https://www.gov.br/sri/pt-br/noticias/mais-noticias/aumento-no-valor-da-merenda-escolar-comeca-a-ser-pago-aos-estados-este-mes-1#:~:text=%E2%80%9CO%20governo%20do%20presidente%20Lula,escolar%E2%80%9D%2C%20afirmou%20o%20ministro.>> Acesso em 29/04/2023.

